

RELATÓRIO GOVERNO SOCIETÁRIO



ANO: 2017

ELABORAÇÃO: Conselho de Administração

APROVAÇÃO: Assembleia-geral



Índice

1. ENQUADRAMENTO.....	3
2. DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA.....	3
PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO.....	3
A. DECLARAÇÃO DE ACOLHIMENTO.....	4
B. ESTRUTURA ACIONISTA.....	14
I. Estrutura de capital	14
II. PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS.....	16
C. ORGÃS SOCIAIS E COMISSÕES:.....	18
I. Assembleia Geral	18
a) Composição da mesa da Assembleia Geral.....	18
b) Exercício do direito de voto.....	18
II. Conselho de Administração	19
a) Composição.....	19
b) Funcionamento.....	26
III. Fiscalização.....	29
a) Composição.....	29
b) Funcionamento.....	30
c) Competências e Funções.....	32
IV. AUDITOR EXTERNO	33
V. REPRESENTANTE COMUM DOS OBRIGACIONISTAS.....	34
VI. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	34
VII. REMUNERAÇÕES.....	36
VIII. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS.....	38



1. ENQUADRAMENTO

O presente relatório visa divulgar a estrutura e as práticas de governo societário adotadas pela Caixa, bem como o grau de acolhimento das recomendações previstas no Código de Governo Societário das Instituições Financeiras, Aviso nº 6/2017, assim como no Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários.

O relatório é elaborado em conformidade com o Aviso 7/2017 que estabelece regras precisas relativas ao conteúdo e estrutura.

2. DOCUMENTAÇÃO DE REFERÊNCIA

- Lei 62/VIII/2014 que regula a atividade das instituições financeiras (LAIF);
- Decreto legislativo nº 1/2012 que aprova o Código de Mercado de Valores Mobiliários;
- Regulamento da AGMVM nº 1/2016 de 06 de Maio de 2016;
- Aviso nº 6/2017 - Código de Governo Societário das Instituições Financeiras;
- Aviso nº 7/2017 - Relatório anual de Governo Societário

PARTE I - INFORMAÇÃO OBRIGATÓRIA SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO SOCIETÁRIO

A. DECLARAÇÃO DE ACOLHIMENTO

Recomendações Código do Governo das IF's e Cód.MVM	Declaração de Acolhimento	Informação remissiva para o Relatório de Governo
Informação		
A sociedade deve constituir uma estrutura organizativa que assegure, de forma rigorosa e atempada, a divulgação de informação aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros e ao mercado em geral.	Acolhe	Ponto 25
O Conselho de Administração, o órgão de fiscalização e eventuais comissões societárias constituídas para apoio dos órgãos sociais devem dispor de regulamentos internos.	Acolhe	Ponto 26 e 31, Conselho de Administração e Comissão Executiva; no que toca ao Conselho Fiscal as competências até então decorrem da lei ou estatutos da Caixa sendo que se encontra em processo de aprovação o competente regulamento;
As instituições financeiras devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações sobre a sua evolução dos seus indicadores económicos, financeiros e de governo societário, nomeadamente: a) Relatórios e contas da instituição referentes aos dois últimos anos; b) Curricula vitae dos administradores em funções da instituição financeira; c) os regulamentos internos dos órgãos sociais e de comissões societárias; d) a composição, o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das comissões societárias; e) as convocatórias das assembleias gerais e as propostas apresentadas nas assembleias; f) Políticas internas adotadas pela instituição financeira; g) Relatórios de avaliação de adequação e demais informação preparatória da Assembleia Geral.	Acolhe a) d) e)	
Informação financeira e Auditoria		



O órgão de fiscalização deve estabelecer e monitorizar procedimentos formais, claros e transparentes sobre a forma de seleção e relacionamento da sociedade com o auditor externo ou contabilista certificado e sobre a fiscalização do cumprimento por este das regras de independência que a lei e as normas profissionais lhe impõem.	Acolhe	Ponto 37 e 40;
As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos.	Acolhe	Ponto 44
O regulamento interno da sociedade deve fazer depender de autorização do órgão de fiscalização a prestação de serviços diversos de auditoria pelo auditor ou por outra entidade que integre a mesma rede.	Não acolhe	
Conflitos de interesses		
A sociedade devem prever mecanismos eficazes para prevenir a existência de conflitos de interesses, atuais ou potenciais, entre os membros de órgãos ou comissões societárias e a sociedade.	Acolhe em parte	Ponto 51
Os administradores devem comunicar ao Conselho de Administração todas as transações relativas a valores mobiliários emitidos pela sociedade, bem como, relativas a instrumentos financeiros com estes relacionados, feitas por si ou por qualquer pessoa estreitamente relacionada, designadamente, o seu cônjuge ou pessoa com quem viva em união de facto, descendentes a seu cargo e outros familiares que com ele coabitem há mais de um ano e, bem assim, por qualquer outra entidade que seja, direta ou indiretamente, dominada por si, constituída em seu benefício ou de que seja administrador.	Não acolhe	
As transações entre partes relacionadas devem ser aprovadas, negociadas e executadas de modo a assegurar a gestão adequada de potenciais conflitos de interesses, bem como a proteção dos interesses do emitente e dos seus acionistas.	Acolhe	
Orgânica e modelo de governo		



A sociedade deve proceder anualmente a uma avaliação dos órgãos sociais e do desempenho individual dos seus membros.	Acolhe em parte	Pontos 29 - não há critérios predefinidos, no entanto, é realizada apreciação geral da administração da sociedade (executivos e não executivos) na Assembleia Geral de aprovação das contas.
As sociedades devem proceder anualmente a uma avaliação das opções tomadas em matéria de modelo de governo societário e de estrutura orgânica interna.	Não acolhe	não há evidência, mas há avaliação empírica na medida em que são identificadas pontos de melhoria à adequação do bom governo
O Conselho de Administração deve constituir no seu seio as comissões especializadas que entenda necessárias para a avaliação, definição, acompanhamento, supervisão ou fiscalização de matérias ou de áreas de gestão específicas, abrangendo, separada ou cumulativamente, as matérias de remunerações e avaliação do desempenho, nomeações de quadros dirigentes e desempenho do órgão de administração executivo.	Acolhe	Ponto 33 e 54
A sociedade deve dispor de um sistema de controlo interno eficaz e adequado à sua dimensão, complexidade e riscos que afetam a sua atividade.	Acolhe	Ponto 58
O regulamento do Conselho de Administração deve prever que em caso de conflito de interesses, o membro do Conselho de Administração que se encontrar em conflito deve informar previamente a sociedade sobre a existência de conflito e deve descrever a natureza e extensão de tal interesse e, caso este seja substancial, abster-se de participar em qualquer reunião em que decorra a discussão ou a votação de qualquer proposta que a esse conflito de interesses diga respeito, sem prejuízo da observância de outras normas legais ou regulamentares sobre conflito de interesses.	Acolhe	
As sociedades devem promover uma relação de equilíbrio no que se refere ao género dos membros dos órgãos sociais, comprometendo-se a incluir pelo menos 30% do género sub-representado nos órgãos sociais.	Não acolhe	Ponto 23, não tem uma política definido, no entanto, 5 dos 17 membros dos órgãos sociais são feminino;



A sociedade promove os melhores esforços para que os Estatutos, regulamentos, demais documentos reguladores da vida da sociedade e as práticas adotadas sejam alterados, de modo a que a inclusão de candidatos em listas a submeter a votação em assembleia - geral por sócios, ou a apresentação de candidatos para designação pelo órgão de administração e fiscalização seja obrigatoriamente precedida de um processo de seleção e avaliação.	Acolhe	Tanto o Regulamento do CA com a prática tem implícito a avaliação dos candidatos aos órgãos de administração e fiscalização
Os membros do órgão de administração e fiscalização têm o dever de comunicar imediatamente à sociedade qualquer facto superveniente à sua designação que altere ou possa alterar - segundo uma apreciação razoável - a avaliação da sua aptidão individual, idoneidade, experiência, competência e conhecimentos, disponibilidade ou adequação às funções atribuídas.	Não acolhe	
Fiscalização		
Pelo menos metade dos membros do órgão de fiscalização, o presidente inclusive, deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Acolhe	Ponto 35
O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da instituição, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Não acolhe	Em processos de adequação e formalização da evidência dos procedimentos, com aprovação do regulamento do Conselho Fiscal
O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Acolhe	
O órgão de fiscalização deve pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à instituição (compliance), e deve ser destinatário dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Acolhe	



Os membros do órgão de fiscalização devem possuir a experiência e qualificação profissional necessárias ao exercício das suas funções, tendo em conta a responsabilidade subjacente ao exercício das competências que lhes são atribuídas, a complexidade da atividade da sociedade e a respetiva dimensão.	Acolhe	
O órgão de fiscalização deve incluir pelo menos um membro que seja auditor ou contabilista certificado.	Acolhe	Ponto 36 e 39
Relações entre órgãos	Acolhe	
O regulamento do Conselho de Administração deve prever que os titulares dos órgãos da sociedade têm o poder de exigir informações sobre a atividade da sociedade aos demais titulares do mesmo órgão e aos demais órgãos da sociedade, na medida em que se revelem necessárias ou convenientes para o pleno exercício das suas competências.	Acolhe	
O regulamento do Conselho de Administração deve prever que os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridos.	Acolhe	
O regulamento do Conselho de Administração deve prever que até à sua divulgação pública, nos termos da lei, todos os membros dos órgãos sociais, colaboradores, acionistas, prestadores de serviços e demais pessoas que tenham tido acesso a informação privilegiada devem guardar estrita confidencialidade, independentemente da natureza do vínculo existente com a sociedade.	Acolhe	
Assembleia-geral e participação acionista		
A sociedade deve incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias-gerais.	Acolhe	
O Presidente e, caso exista, o Vice-Presidente da mesa da assembleia-geral devem ser independentes.	Não acolhe	
Administração		
O órgão de administração deve delegar a administração corrente da instituição financeira e cada administrador executivo deve ser encarregado especificamente de determinadas matérias.	Acolhe	



O órgão de administração deve aprovar um regulamento interno relativo ao seu funcionamento incluindo o da comissão executiva.	Acolhe	
O órgão de administração deve assegurar que a instituição financeira atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: (i) definir a estratégia e as estratégias políticas gerais da sociedade; (ii) definir a estrutura empresarial do grupo; (iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Acolhe	
O Regulamento do órgão de administração deve prever que o exercício, pelos administradores executivos, de funções executivas em sociedades fora do grupo seja previamente autorizado pelo próprio órgão de administração ou pelo órgão de fiscalização.	Acolhe	
O órgão de administração de instituições de crédito deve incluir pelo menos dois membros executivos residentes.	Acolhe	
O órgão de administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Acolhe	



<p>Entre os administradores não executivos devem contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado. Considera-se para este efeito como independente o administrador que não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: a) Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b) Ter, nos últimos três anos, prestados serviços ou estabelecida relação comercial significativa com a sociedade ou com a sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c) Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d) Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e) Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.</p>	Acolhe	Ponto 21
<p>Se o presidente do órgão de administração exercer funções executivas, este órgão deve indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p>	Não aplicável	
<p>As instituições financeiras devem estabelecer critérios e requisitos relativos ao perfil de novos membros do órgão de administração, adequados à função a desempenhar, sendo que além de atributos individuais (como independência, integridade, experiência e competência), esses perfis devem considerar requisitos de diversidade, dando particular atenção ao do género, que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na sua composição.</p>	Acolhe	
Remuneração		



Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Acolhe	Ponto 56
A declaração sobre a política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização deve indicar, nomeadamente: a) Identificação e explicitação dos critérios utilizados para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; c) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Não acolhe	
A sociedade deve adotar uma política de remunerações que assegure o alinhamento de interesses dos administradores e demais dirigentes com o interesse da sociedade e que seja baseado no desempenho efetivo, desincentivando a assunção excessiva de riscos.	Não acolhe	
A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da instituição financeira ou do seu valor.	Não acolhe	
A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	acolhe	
Uma parte significativa da remuneração variável, não inferior a 30% deve ser diferido por um período não inferior a três anos, e o direito ao recebimento da componente diferida deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não acolhe	
Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a instituição financeira encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Acolhe	



As sociedades devem divulgar no relatório sobre o governo das sociedades a remuneração dos administradores executivos, os planos existentes de distribuição de ações e os traços gerais dos sistemas de benefícios de reformas.	Acolhe	
Controlo Interno		
O órgão de administração da instituição financeira deve assegurar a existência de recursos materiais e humanos suficientes e adequados para a execução das funções e tarefas inerentes ao sistema de controlo interno e promover as necessárias ações de formação em matéria de controlo interno.	Acolhe	
Para acautelar a independência do sistema de controlo interno, os responsáveis pelas áreas de auditoria interna, controlo de cumprimento e gestão de riscos devem reportar hierarquicamente a um administrador sem pelouro nas áreas supervisionadas.	Não acolhe	
As instituições financeiras devem prever mecanismos internos de denúncia de irregularidades que prevejam uma proteção adequada para os denunciantes de boa-fé.	Não acolhe	
Assembleias de obrigacionistas		
As entidades emitentes de obrigações e outros valores mobiliários representativos de dívida asseguram e suportam os custos relativos aos meios humanos, técnicos e materiais adequados à realização das assembleias de obrigacionistas e ao cabal desempenho das competências do representante comum dos obrigacionistas.	Não aplicável	
As deliberações da assembleia de obrigacionistas sobre propostas de concordata e de acordo de credores, assim como de autorização do representante comum para a propositura de ações judiciais, bem como, quaisquer outros assuntos relativos ao exercício dos direitos decorrentes da titularidade de obrigações perante a sociedade emitente são aprovados, em primeira convocação, por metade dos votos correspondentes a todos os obrigacionistas e, em segunda convocação, por dois terços dos votos emitidos.	Não aplicável	
Representante comum dos obrigacionistas		



O representante comum dos obrigacionistas deve ser independente em relação à sociedade emitente, o que se considera não acontecer quando beneficie ou tenha beneficiado de vantagens particulares da sociedade, quando tenha estabelecido uma relação comercial significativa com a sociedade ou com outra que, com esta, se encontre em relação de domínio ou de grupo ou quando esteja vinculado a interesses de empresa concorrente.	Não aplicável	
O representante comum dos obrigacionistas informa a assembleia de obrigacionistas de qualquer facto superveniente que gere ou possa vir a gerar uma situação em que a prossecução do interesse comum dos obrigacionistas conflitue com um interesse próprio, ou com um interesse de pessoa ou entidade com ele vinculado.	Não aplicável	
Nos casos indicados no ponto 10.2, o representante comum dos obrigacionistas não pode atuar em representação dos obrigacionistas até que a assembleia de obrigacionistas o autorize, em primeira convocação, por metade dos votos correspondentes a todos os obrigacionistas e, em segunda convocação, por dois terços dos votos emitidos.	Não aplicável	
O representante comum dos obrigacionistas prossegue o interesse comum dos obrigacionistas e exerce as suas competências assegurando a igualdade de tratamento dos obrigacionistas.	Não aplicável	
Apenas em casos excecionais pode o representante comum dos obrigacionistas promover formas de exercício dos direitos decorrentes da titularidade de obrigações que privilegiem um ou mais obrigacionistas. Esta faculdade, bem como a prossecução simultânea de interesses particulares de obrigacionistas, depende de autorização por deliberação maioritária da assembleia de obrigacionistas, em que o obrigacionista relevante não pode votar e que deverá contar com o voto favorável dos obrigacionistas afetados.	Não aplicável	

1. Fundamentação do Acolhimento ou Não Acolhimento

No quadro precedente estão listadas as recomendações constantes do Código de Governo dos Emitentes de Valores Mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, bem como, as decorrentes do Código de Governo das Instituições Financeiras, indicando-se entre elas as que foram adotadas pela Caixa e as que não foram. De realçar, Ciente da importância e necessidade de um bom governo, as recomendações marcadas como não acolhidas, não significa que existe uma decisão de não acolhimento, existe sim necessidades de formalização das evidências.

Neste âmbito, é firme a determinação do Conselho de Administração, a adequação, dos regulamentos internos e demais instrumentos de gestão da Caixa aos princípios e recomendações do Códigos de Governo Societário, que constitui aliás um instrumento central para a afirmação das boas práticas de governo societário, encontrando-se nomeadamente em curso o processo de implementação do Aviso relativo aos requisitos do Sistema de Controlo Interno.

2. Informações Adicionais

Não há.

B. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

- 5. Estrutura de capital, incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa.**

A 31 de Dezembro de 2017 o capital social da Caixa era de 1.392.000.000 (mil trezentos e noventa e dois milhões de escudos), totalmente subscrito e realizado, representado por 1.392.000 ações, cada uma com o valor nominal de 1.000 escudos, estando a totalidade das ações estão cotadas em bolsa.

Em 31/12/2017 a Caixa apresentava a seguinte estrutura acionista:



Entidade	Nº Ações	Ações Cotadas	%
Instituto Nacional de Previdência Social	657.200	657.200	47,21%
Geocapital, Soc. Gestão de Participações	381.904	381.904	27,44%
Correios de Cabo Verde	210.749	210.749	15,14%
Outros Subscritores e Trabalhadores	142.147	142.147	10,21%
TOTAL	1.392.000	1.392.000	100,00%

6. Eventuais restrições á transmissibilidade das ações:

Os estatutos da Caixa não estabelecem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações. As ações são livremente transmissíveis.

7. Ações próprias

A Caixa não dispõe de ações próprias;

8. Regime a que se encontra sujeita a renovação ou revogação de medidas estatutárias que prevê a limitação do número de votos emitidos por um único acionista.

Os estatutos da Caixa não preveem limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista.

9. Acordos significativos em caso de mudança de controlo.

Não existem acordos significativos dos quais a Caixa faça parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade.

10. Acordos parassociais

Não existem



II. PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS E OBRIGAÇÕES DETIDAS

11. Participações qualificadas no capital social:

Titulares de participações qualificadas	Nº Ações	% do capital social	% direito de votos	Fonte
Instituto Nacional de Previdência Social	657.200	47,21%	47,21%	Caixa
Geocapital, Soc. Gestão de Participações	381.904	27,44%	27,44%	Caixa
Correios de Cabo Verde	210.749	15,14%	15,14%	Caixa

12. Número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e fiscalização.

Em 31 de Dezembro de 2017, nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização detinha participação no capital social da Caixa.

13. Relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Titulares de participações qualificada	Relações Comerciais
Instituto Nacional de Previdência Social	Títulos em Carteira
	Obrigações do Tesouro
	Depósitos
	Protocolo de concessão de crédito aos Trabalhadores do INPS, a taxa de 5%, destinado a: aquisição, construção, recuperação e beneficiação ou ampliação de habitação própria permanente; Aquisição de terreno para construção de habitação própria permanente.
Geocapital, Soc. Gestão de Participações	Títulos em Carteira
Correios de Cabo Verde	Títulos em Carteira
	Depósitos
	Concessão de crédito aos Trabalhadores dos Correios em condições preferenciais: Crédito Habitação-8,5%;



	<p>Crédito ao Consumo (Adiantamento vencimentos e Aquisição de viatura) - Taxa em vigor - spread 3%.</p> <p>Protocolo de prestações de serviços, (operações de levantamentos e depósitos, nas estações dos correios do Plateau, S Domingos e Ponta do Sol).</p>
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

14. Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações do aumento de capital.

Nos termos do artigo 18 dos estatutos, compete ao Conselho de Administração, além do que resultar da lei:

- a. Administrar e gerir a Caixa, para o que dispõe dos mais amplos poderes, e efetuar todas as operações e realizar todos os atos relativos ao seu objeto;
- b. Aprovação dos planos estratégicos e de Negócios;
- c. Adquirir, onerar e alienar quaisquer bens ou direitos, de valor igual ou inferior a 35% do capital social, podendo através da competência delegada pela assembleia geral, adquirir, onerar e alienar imóveis de valor superior ao atrás referido;
- d. Autorizar a realização de investimentos de valor igual ou inferior a 35% do capital social;
- e. Representar a Caixa em juízo e fora dele, podendo confessar, desistir, transigir e comprometer-se em árbitros;
- f. Nomear uma comissão executiva, que perante ele responde, constituída por três dos seus membros, um dos quais designará para Presidente, determinando os respetivos poderes;
- g. Constituir e destituir mandatários e procuradores, conferindo-lhes poderes para a prática de determinados atos ou categorias de atos, definindo os poderes conferidos e a duração dos mandatos.

O aumento do capital é da competência da Assembleia Geral, nos termos da alínea e) do art.º 13 dos estatutos da CAIXA. Sem prejuízo da competência da assembleia geral, pode o conselho de administração deliberar aumentos do capital social, por uma ou mais vezes, até ao limite de 1.750.000.000\$00 (mil setecentos e cinquenta milhões de escudos), conforme dispõe o art.º 7 dos estatutos. A assembleia geral, deliberando com a maioria de dois terços pode renovar os poderes conferidos ao conselho de administração nesta matéria.



C. ORGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES:

São órgãos sociais da Caixa os seguintes:

- Assembleia Geral
- O Conselho de Administração
- O Conselho Fiscal

I. Assembleia Geral

a) Composição da mesa da Assembleia Geral

A Assembleia Geral é constituída pelos acionistas com direito a voto, sendo que cada cem (100) ações corresponde um voto.

15. Identificação, cargo e mandato dos membros da mesa da Assembleia Geral.

Cargo	Identificação
Presidente	Marcelino Fonseca Coelho Monteiro (INPS)
Vice-Presidente	António Manuel Mendonça Mendes (Geocapital)
Primeiro Secretário	Suellen Patricia Bettencourt Rodeia (INPS)
Segundo Secretário	Diogo Afonso Mendes de Almeida (Geocapital)

Mandato - 4 anos, a partir 18/07/2016

b) Exercício do direito de voto

A cada cem (100) ações corresponde um voto. Os acionistas, cujas ações não atinja este número, podem agrupar-se de modo a perfazerem em conjunto o número de ações necessárias ao exercício do direito de voto, constituindo um representante comum.

16. Eventuais restrições em matéria de direito de voto

De acordo com o artigo 12º dos estatutos da Caixa, a Assembleia Geral é formada pelos acionistas com direito a voto, sendo vedada a presença de quaisquer outras pessoas, exceção feita para os membros do conselho de administração, do conselho fiscal, da respetiva mesa e para as pessoas especialmente autorizadas pelo presidente desta última, que poderão estar presentes, ainda que não podem votar.



Só podem fazer parte da Assembleia Geral os acionistas que tiverem averbado em seu nome pelo menos cem ações no livro de registo da Caixa, até quinze dias antes da data marcada para a reunião, ou que, tratando-se de ações ao portador, tenham depositadas na Caixa, em seu nome, o mesmo número mínimo de ações, com idêntica antecedência.

17. Percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem numa relação de domínio ou de grupo.

Os estatutos da Caixa não preveem limitação da percentagem máxima dos direitos de votos.

18. Deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, além das legalmente previstas.

O nº 5 do artigo 14º dos estatutos da Caixa estipula que as decisões sobre modificação, fusão e dissolução da sociedade apenas são aprovadas com maioria qualificada de pelo menos dois terços do capital;

II. Conselho de Administração

a) Composição

19. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração.

Não estão previstas nos estatutos da Caixa regras procedimentais e materiais sobre a nomeação ou substituição dos membros do Conselho de Administração;

20. Composição do Conselho de Administração, número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de efetivos, data da primeira designação e do termo de mandato de cada membro.

O artigo 17º dos estatutos da Caixa estipula que a administração da Caixa é confiada a um Conselho de Administração composto por um presidente, um vice-presidente, mais três a sete outros administradores, sendo o presidente e o vice-presidente nomeados pela Assembleia Geral. O nº 1 do artigo 11º, por sua vez estabelece que os membros dos órgãos sociais são eleitos por mandatos de quatro anos, sendo permitida reeleição.



➤ **Membros do Conselho de Administração:**

1. Presidente - Paulo Santos Monteiro Júnior
 - ✓ Data da nomeação: 25/07/2016
 - ✓ Término do mandato: 31/12/2019

2. Vice-Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado
 - ✓ Data da nomeação: 18/07/2016
 - ✓ Término do mandato: 31/12/2019

3. Vogal - José Augusto Rocha Mendes Fernandes
 - ✓ Data da nomeação: 18/07/2016
 - ✓ Término do mandato: 31/12/2019

4. Vogal - António Carlos Moreira Semedo
 - ✓ Data da nomeação: 18/07/2016
 - ✓ Término do mandato: 31/12/2019

5. Vogal - Célia Maria Barreto dos Santos
 - ✓ Data da nomeação: 18/07/2016
 - ✓ Término do mandato: 31/12/2019

6. Vogal - Antão Miguel de Moraes Lima Chantre
 - ✓ Data da nomeação: 18/07/2016
 - ✓ Término do mandato: 31/12/2019

7. Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida
 - ✓ Data da nomeação: 18/07/2016
 - ✓ Término do mandato: 31/12/2019

8. Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo
 - ✓ Data da nomeação: 18/07/2016
 - ✓ Término do mandato: 31/12/2019



Com o pedido de renúncia de um dos administradores não executivo, o Conselho de Administração em 31/12/2017 integrava 8 membros.

21. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, identificação dos membros não executivos considerados independentes.

➤ Membros executivos do Conselho da Administração

Vogal - António Carlos Moreira Semedo

Vogal - Célia Maria Barreto dos Santos

Vogal - Antão Miguel de Moraes Lima Chantre

➤ Membros não executivos do Conselho da Administração

Presidente - Paulo Santos Monteiro Júnior

Vice-Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

Vogal - José Augusto Rocha Mendes Fernandes

Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida

Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

➤ Membros não executivos Independentes do Conselho da Administração

1. Presidente - Paulo Santos Monteiro Júnior

2. Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

22. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros do Conselho de Administração.

1. Presidente - Paulo Santos Monteiro Júnior

- ✓ Mestre em Econometria
- ✓ Pós Graduação em Economia Europeia
- ✓ Licenciado em Economia

2. Vice-Presidente - Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

- ✓ Licenciado em Direito
- ✓ Administrador da Geocapital



- ✓ Administrador/Presidente o Banco África Ocidental
- ✓ Administrador/Vice-Presidente Banco Mais Moçambique
- ✓ Administrador TAP Air Portugal

3. Vogal - José Augusto Rocha Mendes Fernandes

- ✓ Mestre em Estatística
- ✓ Pós-graduação em Engenharia Industrial
- ✓ Licenciado em Engenharia Mecânica
- ✓ Presidente do INPS, até 30 de Setembro de 2017

4. Vogal - António Carlos Moreira Semedo

- ✓ Licenciado em Administração e Gestão de Empresas
- ✓ Administrador do Banco Interatlântico (2008-2016)
- ✓ Administrador da Caixa (1994 - 2008)

5. Vogal - Célia Maria Barreto dos Santos

- ✓ Pós Graduação em Gestão e Finanças Empresariais
- ✓ Licenciado em Economia
- ✓ Diretora Administrativa e Recursos Humanos da Caixa (2011-2015)

6. Vogal - Antão Miguel de Moraes Lima Chantre

- ✓ Pós Graduação em Gestão de Segurança de Sistema de Informação
- ✓ Licenciado em Engenharia Informática
- ✓ Diretor Geral de SISP (2011 - 2016)

7. Vogal - Luís Manuel Veloso de Almeida

- ✓ Pós Graduação em Marketing
- ✓ Licenciado em Engenharia Mecânica Ramo de Sistemas
- ✓ Presidente da Comissão Executiva do Banco MAIS - Banco Moçambicano de apoio aos Investimentos

8. Vogal - Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

- ✓ Pós Graduação em Direito Bancário
- ✓ Licenciada em Direito



✓ Presidente do ISCJS

23. Política da Caixa quanto a diversidade de género na composição dos órgãos sociais.

A Caixa não dispõe de política de diversidade de género, na composição dos órgãos sociais, mas tem a preocupação de integrar nas equipas, elementos femininos.

24. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros do Conselho de Administração com acionistas com participação qualificada superior a 2%.

Cargo	Identificação Membros CA	Relações familiares, profissionais e comerciais significativas e habituais
Presidente -Não executivo	Paulo Santos Monteiro Junior	
Vice-Presidente - Não executivo	Diogo Campos Barradas De Lacerda Machado (Geocapital)	Administrador da Geocapital e representante da Geocapital no CA Caixa
Vogal-Não Executivo	Luís Manuel Veloso de Almeida (Geocapital)	PCE do Banco MAIS Moçambique em representação da Geocapital e representante da Geocapital na Caixa
Vogal - Não executivo	José Augusto Rocha Mendes Fernandes	PCA do INPS até 30 de Setembro e representante do INPS no CA Caixa
Vogal - Executivo	António Carlos Moreira Semedo	É trabalhador de Caixa
Vogal - Executivo	Antão Miguel de Moraes Lima Chantre	
Vogal - Executivo	Célia Maria Barreto dos Santos	É trabalhador de Caixa
Vogal - Não executivo	Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo	



25. Organograma e mapas funcionais relativos a repartição e delegação de competências.





Nos termos do nº 4 do artigo nº 7 do Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, é aprovada a seguinte distribuição de pelouros pelos membros da Comissão Executiva:

I. Presidente, Dr. António Carlos Moreira Semedo

- Direção Administrativa e Recursos Humanos
- Direção Financeira e Internacional
- Direção Comercial (Norte e Sul)
- Gabinete de Auditoria Interna
- Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão
- Gabinete de Função Compliance
- Relações com o BCV, correspondentes e outras Instituições
- Coordenação da implementação Plano Estratégico

II. Administradora Dra. Célia Maria Barreto dos Santos

- Direção de Gestão de Riscos
- Gabinete de Organização, Estudos e Projetos
- Gabinete de Acompanhamento e Recuperação de Crédito
- Gabinete de Instalação e Avaliação Imobiliária
- Gabinete de Assuntos Jurídicos
- Gabinete do Secretariado e Relações Públicas

III. Administrador, Eng.º Antão Miguel Morais Lima Chantre

- Direção Operacional
- Direção de Informática e Comunicação
- Gabinete de Segurança
- Gabinete de Marketing
- Micro-Crédito



b) Funcionamento

26. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração.

Os regulamentos de funcionamento do Conselho de Administração podem ser consultados no arquivo da CE;

27. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho de Administração.

Em 2017 foram realizadas um total de 5 reuniões do Conselho de Administração.

A Administradora Executiva, Dra. Célia Santos, faltou uma reunião do CA, datada de 27 de Abril de 2017;

O Administrador não Executivo, Eng. Luis Almeida, faltou duas reuniões do CA, datadas de 26 de Junho e 15 de Dezembro de 2017;

A Administradora não Executiva, Dra. Yara Semedo faltou uma reunião do CA, datada de 15 de Dezembro de 2017;

Os restantes administradores participaram em todas as reuniões.

28. Órgãos Sociais competentes para realizar avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A apreciação geral da administração da sociedade (executivos e não executivos) é realizada na Assembleia Geral de aprovação das contas.

29. Critérios pré-definidos para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem ainda critérios pré-definidos para avaliação de desempenho dos administradores executivos;

30. Disponibilidade de cada membro do Conselho de Administração, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, e outras atividades relevantes exercidas no decurso do exercício.

1. Dr. Paulo Santos Monteiro Júnior

É Presidente do Conselho da Administração da Caixa



2. Dr. Diogo Campos Barradas de Lacerda Machado

É vice-Presidente do Conselho da Administração da Caixa

É administrador da Geocapital

É Administrador/Presidente Banco África Ocidental

É Administrador/Vice-Presidente Banco Mais Moçambique

É Administrador TAP Air Portugal

3. Eng. José Augusto Rocha Mendes Fernandes

É Administrador não Executivo da Caixa

Foi Presidente da Comissão Executiva do INPS, até 30 de Setembro 2017

4. Dr. António Carlos Moreira Semedo

É Presidente da Comissão Executiva da Caixa (100%)

5. Eng. Antão Miguel de Moraes Lima Chantre

É Administrador Executivo (100%)

6. Dra. Célia Maria Barreto dos Santos

É Administradora Executiva da Caixa (100%)

7. Eng. Luís Manuel Veloso de Almeida

É Administrador não Executivo da Caixa

É Diretor da Geocapital.

É Presidente de Comissão Executiva do Banco MAIS

É Administrador não executivo do BAO - Banco da Africa Ocidental

8. Dra. Yara Helena Semedo Craveiro Miranda Semedo

É Administradora não Executiva da Caixa

É Presidente do ISCJ - Instituto Superior de Ciências Jurídicas



31. Comissões criadas no seio do Conselho de Administração e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

A Comissão Executiva é designada pelo Conselho de Administração, e os regulamentos de funcionamento podem ser consultados no arquivo da CE e na Intranet;

32. Composição da Comissão Executiva e identificação dos administradores delegados

Comissão Executiva	Identificação
Presidente	António Carlos Moreira Semedo
Administrador	Célia Maria Barreto dos Santos
Administrador	Antão Miguel de Moraes Lima Chantre

33. Competências das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências

Nos termos do artigo 8º do Regulamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, são atribuições da Comissão Executiva, as seguintes:

- a) Autorizar a realização de operações ativas, até ao limite máximo de 20% dos fundos próprios da Instituição, por operação ou em acumulação a uma única entidade, com exceção das operações de crédito externo que se enquadrem no conceito de grandes riscos e da subscrição, aquisição ou oneração e alienação de participações sociais;
- b) Autorizar a realização de operações passivas, com exceção dos empréstimos obrigacionistas ou dos empréstimos externos;
- c) Estabelecer os procedimentos e normas de funcionamento interno da CECV;
- d) Efetuar a gestão corrente dos Recursos Humanos, com exceção de admissões efetivas no quadro e despedimentos de pessoal e da fixação de remunerações;
- e) Estabelecer com terceiros contratos de fornecimento de bens e serviços;
- f) Efetuar a gestão corrente do património da CECV, com exceção da aquisição de bens imóveis ou móveis não previstos no orçamento anual de investimento, bem como da alienação ou oneração de direitos ou de bens móveis ou imóveis, podendo, no entanto, alienar bens adquiridos em processos executivos ou outros procedimentos de recuperação de crédito;



- g) Constituir e destituir mandatários e procuradores, conferindo-lhes poderes para a prática de determinados atos ou categorias de atos, definindo os poderes conferidos e a duração dos mandatos;
- h) Representar a CECV em juízo e fora dele, ativa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- i) Deliberar sobre qualquer assunto inadiável, devendo submeter a deliberação à retificação do Conselho de Administração na sessão imediatamente seguinte.

III. Fiscalização

a) Composição

34. Composição do Conselho Fiscal, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Nos termos do artigo 21º dos estatutos o Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e dois suplentes, eleitos em Assembleia Geral, sendo o presidente indicado por esta.

Conselho Fiscal	Identificação Membros	Mandato
Presidente	Ivanilde Veronica Tavares Costa	20/10/2016 - 31/12/2019
Vice-Presidente	António Pedro Gomes Silva	18/07/2016 - 31/12/2019
Vogal	Itaulina das Dores Gomes Pio	20/10/2016 - 31/12/2019
Suplente	Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares	25/11/2016 - 31/12/2019
Suplente	João Augusto Barros de Pina	2017- 31/12/2019

35. Identificação dos membros do Conselho Fiscal que se considerem independentes

Conselho Fiscal	Identificação Membros
Presidente	Ivanilde Veronica Tavares Costa (Independente)
Vice-Presidente	António Pedro Gomes Silva (Independente)
Suplente	João Augusto Barros de Pina (Independente)



36. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal,

1. Presidente – Ivanilde Veronica Tavares Costa

- ✓ Mestre em Contabilidade, Fiscalidade e Finanças Empresariais
- ✓ Licenciatura em Contabilidade e Administração
- ✓ Coordenadora do Curso de Contabilidade do ISCEE

2. Vice-Presidente – António Pedro Gomes Silva

- ✓ Licenciado em Economia
- ✓ Membro do Conselho Fiscal da ENACOL
- ✓ Membro do Conselho Fiscal da FIC

3. Vogal – Itaulina das Dores Gomes Pio (IMPAR)

- ✓ Licenciada em Ciências Contábeis
- ✓ Pós-graduada em Gestão de Empresas
- ✓ Responsável Departamento Contabilidade da IMPAR

4. Suplente – Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares

- ✓ Licenciada em Contabilidade e Fiscalidade
- ✓ Contabilista do Ministério do Turismo Indústria e Desenvolvimento Empresarial

5. Suplente – João Augusto Barros de Pina

- ✓ Licenciado em Contabilidade
- ✓ Coordenador do Núcleo de Contabilidade da I.F.H., S.A.
- ✓ Mestrando em Gestão de Instituições Financeiras
- ✓ Contabilista certificado inscrito na OPACC com o nº 352

b) Funcionamento

37. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento do Conselho Fiscal,

Não existe ainda um regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal.



38. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro do Conselho Fiscal,
Durante o ano de 2017 o Conselho Fiscal realizou doze reuniões, onde esteve presente a Presidente do Conselho Fiscal, com o responsável de cada estrutura orgânica da Caixa.

39. Disponibilidade de cada membro do Conselho Fiscal, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, e outras atividades relevantes exercidas no decurso do exercício,

1. Ivanilde Veronica Tavares Costa

Coordenadora do Curso de Contabilidade e responsável das áreas de Contabilidade e Auditoria do ISCEE PUP;

Docente Universitária no ISCEE e Piaget;

Formadora em Contabilidade, Auditoria e Controlo Interno.

2. - António Pedro Gomes Silva

Sócio Gerente da Finaconta, Lda, empresa que presta serviço em contabilidade e afins.

Técnico de contas inscrito na OPACC

Vogal do Conselho Fiscal da Enacol, S.A

Fiscal Único da empresa SGZ

Docente e coordenador do curso de Contabilidade no Instituto Jean Piaget, Polo do Mindelo

Docente do ensino secundário da disciplina de Contabilidade na EICMGDC

3. Itaulina das Dores Gomes Pio

Diretora Financeira da IMPAR, S.A.R.L.

Presidente do Conselho Fiscal da Enacol, S.A.

4. Sandra Marisa Semedo Monteiro Tavares

Contabilista da Unidade de Gestão de Projetos Especial -- Ministério do Turismo Industria e Desenvolvimento Empresarial;

5. João Augusto Barros de Pina

Coordenador do Núcleo de Contabilidade da IFH, S.A.

Docente Universitário no ISCEE e Jean Piaget



Formador em Contabilidade

c) Competências e Funções

40. Procedimentos e critérios do órgão de fiscalização na contratação dos serviços adicionais ao auditor externo,

O Conselho Fiscal foi unânime quanto à metodologia utilizada na seleção do auditor e que consistiu no envio de cartas convite a cinco empresas, das quais quatro apresentaram propostas. Os critérios adotados foram:

1. Experiência no mercado cabo-verdiano;
2. Equipa de trabalho;
3. Experiência no Sector Financeiro;
4. Honorários;

41. Outras Funções do órgão de fiscalização,

- Zelar pela observância tanto das disposições legais e regulamentares, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão como das políticas gerais, normas e práticas instituídas internamente;
- Verificar a adequação e supervisionar o cumprimento das políticas, dos critérios e das práticas contabilísticas adotadas e a regularidade dos documentos que lhes servem de suporte;
- Acompanhar o processo de preparação e divulgação da informação financeira pela sociedade.



IV. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado,

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A. com sede na Av. Da República, 90 - 6º, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o nº 178, com o número de identificação fiscal 505988283 e de matrícula na conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o capital social de 1.335.000,00 Euros, representada por Antonio Filipe Dias da Fonseca Brás.

43. Número de anos em que o auditor externo exerce funções consecutivamente junto da sociedade,

A Ernst & Young Audit & Associados audita as contas da Caixa pelo 2º ano consecutivo, sendo no 1º ano as contas de 2016 e agora as contas de 2017, nos termos do contrato de 4 anos, 2016 a 2018.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo,

Em cumprimento da legislação em vigor, especificamente o Aviso nº4/2014 sobre os Membros dos órgãos de Administração e Fiscalização das Instituições Financeiras e particularmente o artigo 7º a respeito da independência dos auditores certificados, em 2016, a Caixa procedeu a rotatividade do auditor externo no fim do 2º mandato, de 4 anos, que coincidiu com os mandatos dos órgãos sociais de 2008 à 2015.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

A escolha e a avaliação do auditor externo é competência da Assembleia Geral, sendo a escolha feita mediante proposta do Conselho Fiscal.

46. Identificação de trabalhos, distintos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação,



- ✓ O contrato de prestação de serviços de revisão legal das contas, além do relatório da Auditoria inclui o relatório de Provisões Regulamentares Mínimas, cujo objetivo é validação do cumprimento dos critérios adotados pela Caixa quanto à classificação nas classes de risco e cálculo das provisões, conforme disposto no Aviso n 4/2006;

47. Remuneração anual paga aos auditores externos e percentagem relativos aos serviços que não sejam de auditoria

Os honorários pagos ao auditor externo pelos serviços prestados em 2017 totalizaram 6.974.261\$00 (55.000 €, acrescido IVA 15%), incluem as despesas de deslocações e estadias.

V. REPRESENTANTE COMUM DOS OBRIGACIONISTAS

48. Identificação do representante dos obrigacionistas designados;

N/A

49. Indicação da natureza independente ou não independente do representante dos obrigacionistas;

N/A

50. Identificação de qualquer relação jurídica ou de facto entre o representante dos obrigacionistas e a sociedade, bem como os dirigentes respetivo;

N/A

VI. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

51. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas.



Decorrente do Aviso nº 4/2017, a Caixa tem em curso um processo de implementação e formalização dos procedimentos do Sistema de Controlo Interno, sendo de destacar neste particular um Código de Conduta e definição da política de conflitos de interesses. Enquanto isso, a Caixa tem adotado os procedimentos necessários, sendo que para o efeito anualmente cada membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal apresenta um relatório com descrição de todas as empresas onde tenham interesses e ligações familiares. Ainda, de acordo com o regulamento do Conselho de Administração, cabe ao Conselho de Administração a celebração de quaisquer contratos com as partes relacionadas.

52. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

São consideradas entidades relacionadas da Caixa os seus acionistas, empresas associadas e os órgãos de gestão. Em 31 de Dezembro de 2017, as demonstrações financeiras da Caixa incluíam os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão;

	Dez/17			
	Acionistas			Associadas
	Estado de Cabo Verde	INPS	IMPAR	
Ativos:				
Disponibilidades em outras instituições de crédito	0	0	0	0
Aplicações em instituições de crédito	8 400 000			
Crédito a clientes				174 753
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos				78 339
Imparidade				0
Outros ativos	1 034 550			
Passivos:				
Recursos de outras instituições de crédito			512 015	116 687
Recursos de clientes e outros empréstimos		17 025 405		
Extrapatrimoniais:				
Garantias recebidas				
Proveitos:				
Juros e rendimentos similares	620 615			
Custos:				
Juros e encargos similares	209 700	10 165	4 311	



53. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação.

O Conselho Fiscal é chamado a emitir o seu parecer prévio sobre as operações ativas envolvendo os titulares de participação qualificada.

VII. REMUNERAÇÕES

54. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Nos termos do artigo 25º dos estatutos da Caixa compete à Comissão de Remunerações e Previdência eleita pela assembleia geral fixar a remuneração dos membros dos órgãos sociais. No que toca aos membros da direção (diretores e coordenadores) existe uma grelha salarial, cuja atualização é aprovado em sede do Conselho de Administração.

55. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

De acordo com o artigo 25º dos estatutos, a comissão de remunerações e previdência é composta por três membros, eleitos em assembleia geral, a saber:

Presidente: Solange Helena Correia Rodrigues

Vogais: Dulce Maria Maximiano Fonseca Fernandes

Helena Maria da Fonseca Teixeira de Sousa

Compete-lhe fixar a remuneração atribuível aos membros dos órgãos sociais.

56. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

1. Solange Helena Correia Rodrigues,

✓ É licenciada em Direito,



- ✓ É quadro da IMPAR, SARL, desempenhando atualmente a função de Diretora Jurídica;

2. Dulce Maria Maximiano Fonseca Fernandes

- ✓ É licenciada em Administração pública,
- ✓ Técnica do Gabinete de Apoio a Gestão e Qualidade dos Correios de Cabo Verde,
- ✓ Foi Administradora dos Correios de Cabo Verde,
- ✓ Já foi Diretora Administrativa e Financeira e Diretora dos Recursos Humanos da daquela instituição,
- ✓ Já participou em vários projetos de elaboração de Planos de Cargos Carreiras e salários de várias instituições.

3. Helena Maria da Fonseca Teixeira de Sousa

- ✓ É licenciada em Serviço Social,
- ✓ Atualmente exerce as funções de Diretora de Administração e Recursos Humanos do INPS,
- ✓ Já exerceu o cargo de Diretora do Gabinete de Estudos e da Direção de Assistência na Doença no INPS,
- ✓ Já integrou várias equipas de trabalho para realização de trabalhos de consultoria na área Organizacional e Recursos Humanos, tendo participado na elaboração de Planos de Cargos, Carreira e Salários de várias instituições, bem como, estudos sobre competitividade das remunerações.

57. Descrição da estrutura de remuneração dos administradores

Remuneração anual dos administradores em 2017

Conselho de Administração	PCA	Vice-PCA	PCE	Administradores Executivos	Administradores Não Executivo
Remuneração base anual Ilíquida	1 723 752	1 482 984	6 445 726	8 362 345	4 448 952
Subsídios (Natal, Férias e Alimentação)	0	0	801 900	1 288 130	0
Prémio Produtividade	56 633	123 582	203 835	359 228	225 624



VIII. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

58. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

De acordo com a estrutura organizativa da Caixa, cabe ao Conselho de Administração definir a estratégia, políticas e metodologias de gestão, com vista a um adequado sistema de controlo interno., cabendo-lhe ainda aprovar o relatório anual de controlo interno proposto pelo Gabinete de Auditoria interna (GAI).

Por sua vez, o GAI coordenado por Antónia Cardoso tem como principal missão,

- Apoiar os órgãos de gestão na identificação de áreas problemáticas e de maior risco, apresentar propostas de correções e melhorias a implementar para o aperfeiçoamento do sistema;
- Avaliar o cumprimento das políticas, dos procedimentos e a eficácia dos controlos internos;
- Manter um processo adequado e contínuo de avaliação da cultura de controlos preventivos e detetivos, e de controlo à prevenção de riscos e fraudes;

59. Explicitação das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade





60. Informação sobre existência de comissão de risco e sobre os fluxos de informação relacionados com o risco,

A nível do crédito encontram-se definidos os Comités relativos as competências de decisão, com vista a avaliar o risco inerente a operação.

61. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Gabinete de Função Compliance - sob a coordenação de Domingos Semedo, tem com principal responsabilidade assegurar adequada gestão do risco de Compliance e monitorar os procedimentos de prevenção da lavagem de capitais e do financiamento ao terrorismo;

Direção de Gestão de Risco - sob a responsabilidade de João Carlos Lopes, tem com principal missão, assegurar a boa execução das políticas definidas pelo Conselho de Administração no que respeita ao risco de crédito, risco operacional, risco de mercado e liquidez;

Direção Operacional - sob responsabilidade de Ariana Ribeiro, sendo uma das principais atribuições o controlo da atividade dos serviços de back-office, promovendo assim o cumprimento das normas internas e a uniformização dos procedimentos na realização das operações.

Gabinete de Acompanhamento de Crédito - sob responsabilidade de Carlos Pereira, tem como principal atribuição garantir o acompanhamento da carteira de crédito concedido e em particular a monitorização do crédito vencido, mantendo-o dentro dos parâmetros considerados aceitáveis pela Caixa;

Gabinete Planeamento Controlo Gestão - coordenado por Vera Lima, tem como principal atribuição desenvolver os instrumentos de gestão orçamental e respetivas ações de planeamento e controlo estratégico do negócio, permitindo avaliar se o desenvolvimento está alinhado com os objetivos. De ressaltar ainda, a responsabilidade pela avaliação do cumprimento dos limites prudenciais definidos pelo supervisor;

Gabinete de Segurança - coordenado por Abel Cardoso, responsável pela promoção da segurança das instalações e das tecnologias de informação;

Gabinete Jurídico - sob responsabilidade de Lourdes Pina, tem com principal missão o controlo da atividade de natureza contratual da Caixa, e pela promoção do cumprimento dos requisitos legais e fiscais nas operações desenvolvidas pelas várias áreas na Caixa.



62. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Principais riscos a que a Caixa está exposto no exercício da sua atividade:

Risco de Crédito – probabilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo cliente / contraparte de suas obrigações financeiras nos termos contratados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do cliente, à redução de ganhos ou remuneração, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Dado o setor financeiro cabo-verdiano bastante limitado no que respeita a instrumentos financeiros com alguma rentabilidade, a atividade das instituições bancárias de forma geral se limita a concessão de créditos, onde o ambiente de negócio é cada vez mais competitivo e concorrencial, principalmente a nível dos preços, a perceção do risco de crédito é cada vez mais evidente e relevante para a Caixa.

Neste quadro, a Caixa tem procurado ajustar os processos e procedimentos as atuais exigências, adequando a competência e o poder decisão ao tipo de crédito a garantia associada, sendo que para o segmento empresas cujo potencial de risco é mais significativa, a análise prévia é suportada na central de balanços cada vez mais aprimorada. Com objetivo de avaliar o nível de risco e a probabilidade de recuperação da carteira de crédito, a Caixa implementou um modelo de cálculo de perdas por imparidades, cujos fatores de riscos são atualizados anualmente.

Atendendo o elevado nível de incumprimento o acompanhamento da carteira tem merecido atenção especial em particular, os créditos de montante significativo e os reestruturados por incumprimento, sendo que quinzenalmente é emitido um relatório sobre os clientes em eminência de incumprimento e mensalmente dos maiores clientes com histórico de pagamentos com atrasos.

Risco de liquidez e de taxa de juro

O risco de Liquidez decorre da incapacidade por parte da instituição dispor fundos líquidos para cumprir as obrigações financeiras que assumiu à medida que as mesmas se vencem, em condições favoráveis.



Contrariamente, a Caixa tem registado excesso de liquidez derivado da fraca procura de crédito comparativamente ao crescimento dos depósitos, tendo ajustado o preçário com vista a melhoria da Margem financeira.

Para efeito de acompanhamento, mensalmente é avaliado a evolução dos recursos de clientes e do GAP de Liquidez.

O risco de taxa de juro – possibilidade de ocorrência de impactos negativos nas condições financeiras devido a movimentos adversos nas taxas de juro. É acompanhado mensalmente através do mapa do impacto do Risco de Taxa de Juro na Situação Líquida e na Margem Financeira, reportado semestralmente ao BCV.

Risco de mercado - risco resultante da probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, nomeadamente provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio.

Dado o mercado de capitais quase inexistente, o acompanhamento da Caixa relativamente a esse risco se tem limitado à análise da evolução da reavaliação cambial mensal.

Risco Operacional - possibilidade de ocorrência de perdas resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

Risco de compliance - probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de violações ou da não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, praticas instituídas ou princípios éticos;

Em linha com o Sistema de Controlo Interno exigido pelo BCV as instituições financeiras, a Caixa tem em curso a definição de uma metodologia que possibilita de forma sistemática, identificar, evidenciar e avaliar o risco, com vista a adoção de medidas adequadas a sua mitigação. A nível da prevenção de lavagem de capitais e de financiamento de terrorismo a Caixa tem implementado uma aplicação AML/FT que lhe permite identificar e avaliar o risco do cliente.

Risco dos sistemas de informação - decorre da inadaptações dos sistemas de informação a novas necessidades, da sua incapacidade para impedir acessos não autorizados, para garantir



a integridade dos dados ou para assegurar a continuidade do negócio em casos de falha, bem como devido ao prosseguimento de uma estratégia desajustada nesta área;

Dada a relevância deste risco, a Caixa desde 2012 submeteu a um processo de certificação dos processos segundo a ISO 27001:2005, que mediante auditorias anual lhe tem garantido a renovação do certificado. Neste âmbito, tem definido o processo que facilita e permite avaliar as fragilidades do sistema, adotando as medidas necessárias, reforçando assim a segurança.

63. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

Formalmente ainda não está definido. No entanto, no quadro da implementação do Sistema de Controlo Interno requerido pelo BCV e que vai ao encontro das recomendações emitidas pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, a Caixa tem em curso um processo de definição de políticas, identificação dos tipos de riscos a que a Caixa está exposta e estruturação de uma matriz de risco, permitindo assim a sua avaliação e acompanhamento.

64. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

Compete ao Conselho de Administração (Comissão Executiva) elaborar anualmente o relatório e contas do exercício e a proposta de distribuição dos resultados, para serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral.

A Direção Financeira Internacional e o Gabinete de Planeamento e controlo de Gestão apoiam o CA/CE no cumprimento dos deveres de reporte financeiro.

É responsabilidade do Revisor Oficial de Contas (Auditor Externo) a emissão de parecer sobre a adequação e a eficácia da parte do sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e de divulgação de informação financeira.



65. Descrição dos mecanismos e procedimentos de controlo interno destinados a cumprir a legislação em matéria de prevenção de lavagem de capitais e de financiamento do terrorismo;

Decorrente da legislação em vigor sobre prevenção de lavagem de capitais e de financiamento do terrorismo, embora a Caixa ainda não tenha definido um modelo global de gestão de risco, nas relações de negócio e transações ocasionais tem como procedimentos, identificação e verificação da identidade dos clientes, sendo que a abertura de contas de depósito bancário exige dever especial de cuidado de identificação e verificação de identidade. Também, no caso dos depósitos em numerário em contas tituladas por terceiros e sempre que os montantes sejam iguais ou superiores a 1.000.000\$00, é procedimento a identificação do depositante. Outra preocupação da Caixa é o dever de diligência mantendo especial atenção à identificação do cliente e à natureza das operações que, pela sua frequência, volume inusitado, ou aparente falta de finalidade, se levantem suspeitas, procura inteirar da origem e destino dos fundos. Perante casos suspeitos, a Caixa estabelece o dever de informar à UIF.

Em caso de ausência de identificação do cliente, ou do representante, ou do beneficiário é recusada a realização da operação pretendida.

Para acompanhamento preventivo de lavagem de capitais, a Caixa implementou a ferramenta ARGUS para gestão de AML /FT, que permite detetar comportamentos que indiciam operações suspeitas. A implementação desta ferramenta simplificou o processo ao responder os seguintes objetivos:

- ✓ Automatização do sistema de recolha e o tratamento da informação necessária para o controlo de movimentos suspeitos;
- ✓ Centralização da informação sobre clientes, ou seja, garantir políticas de Know Your Customer (KYC);
- ✓ Cumprimento de deveres de informação e diligência simples e reforçada;
- ✓ Monitorização de todas as operações do banco e identificação das suspeitas;
- ✓ Comunicação atempada às autoridades das operações suspeitas.



66. Descrição do envolvimento do Conselho Fiscal e das comissões societárias relevantes na fiscalização e acompanhamento dos mecanismos e procedimentos de controlo interno;

Não existe um envolvimento formalizado.

67. Descrição do sistema interno de reporte de irregularidades;

Não existe um sistema de reporte definido.